



**MPMS** | **Ministério Público**  
MATO GROSSO DO SUL

Simulado Final  
**MP MS**  
Analista: Área de Atividade Direito  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado Final - MP MS (Analista Área de Atividade Direito)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso MP MS (Analista Área de Atividade Direito);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-MP-MS-08-04>

01 - ABCDE	15 - ABCDE	29 - ABCDE	43 - ABCDE	57 - ABCDE
02 - ABCDE	16 - ABCDE	30 - ABCDE	44 - ABCDE	58 - ABCDE
03 - ABCDE	17 - ABCDE	31 - ABCDE	45 - ABCDE	59 - ABCDE
04 - ABCDE	18 - ABCDE	32 - ABCDE	46 - ABCDE	60 - ABCDE
05 - ABCDE	19 - ABCDE	33 - ABCDE	47 - ABCDE	61 - ABCDE
06 - ABCDE	20 - ABCDE	34 - ABCDE	48 - ABCDE	62 - ABCDE
07 - ABCDE	21 - ABCDE	35 - ABCDE	49 - ABCDE	63 - ABCDE
08 - ABCDE	22 - ABCDE	36 - ABCDE	50 - ABCDE	64 - ABCDE
09 - ABCDE	23 - ABCDE	37 - ABCDE	51 - ABCDE	65 - ABCDE
10 - ABCDE	24 - ABCDE	38 - ABCDE	52 - ABCDE	66 - ABCDE
11 - ABCDE	25 - ABCDE	39 - ABCDE	53 - ABCDE	67 - ABCDE
12 - ABCDE	26 - ABCDE	40 - ABCDE	54 - ABCDE	68 - ABCDE
13 - ABCDE	27 - ABCDE	41 - ABCDE	55 - ABCDE	69 - ABCDE
14 - ABCDE	28 - ABCDE	42 - ABCDE	56 - ABCDE	70 - ABCDE

**LÍNGUA PORTUGUESA***Janaina Arruda***Calma, isso é só um filme...**

O menino estava morrendo de medo, tapando a cara para não ver a cena de terror na TV e o pai acudiu dizendo “Calma, isso é só um filme”. O que equivale a um “é tudo de mentirinha, seu bobo”. Bem que o filho poderia responder: “Mas o meu medo é de verdade!” – e estaria com isso reconhecendo o efeito vivo e material que as simulações, as representações e as simbolizações da arte e dos jogos têm sobre todas as criaturas.

A convicção de que toda representação artística, por ser uma representação, é contrária a qualquer verdade, mostra-se muito bem, quando queremos escapar do poder real dos “fingimentos” da arte e apelamos para a “realidade do mundo” – como se esta só existisse numa autonomia plena, em si mesma, sem permitir se expressar de modo criativo. Quem se inicia, por exemplo, no universo mágico do escritor Guimarães Rosa, mergulhando no grande sertão cósmico-mineiro a que ele deu nova vida, em nova e surpreendente linguagem, e tem que suspender a leitura para ir ao mercado poderá pensar, na rua, invertendo a equação: “Mas isso é só o mundo...”

Ao ouvirmos aquela sonata ou aquela canção especial, não deveríamos chorar, pois aquilo “é só música”. A ingênua alegação de que a arte é “só” arte, de que um símbolo é “apenas” um símbolo, pretende trabalhar contra nossa humanidade profunda, contra essa condição em que a disposição emocional se alia à nossa energia afetiva e inteligente, por vezes levando-nos num salto para a plataforma do **sublime**, esse estágio tão alto de beleza que parece não haver mais nada acima dele. Quando nos comovemos de verdade com qualquer manifestação artística, fica impossível acusar o artista de mentiroso: a linguagem que ele concebeu e que nos encantou passou a fazer parte da nossa verdade.

(Paulo Carini do Amaral, inédito)

**01.** Expressões como *isso é só um filme, é só música, um símbolo é apenas um símbolo* são utilizadas no texto para

- a) comprovar a tese de que a arte é uma ilusão a que não se deve dar crédito.
- b) exemplificar as razões que se costuma alegar para subestimar as obras de arte.
- c) endossar a opinião do autor do texto de que não vale a pena sofrer ou alegrar-se com a arte.
- d) recriminar os que se esquecem dos efeitos nefastos da linguagem artística.
- e) lembrar ao público que não tem sentido trocar a realidade pelo entretenimento.

**02.** Considere as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, por meio da cena entre o pai e o filho, demonstra-se que não há razão para alguém sentir medo por conta de um filme.
- II. No 2º parágrafo, afirma-se que a “realidade do mundo” supera toda e qualquer tentativa de lhe dar uma expressão convincente.
- III. No 3º parágrafo, a comoção humana provocada pelo símbolo artístico desautoriza aqueles que julgam o artista uma espécie de impostor.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

03. No 2º parágrafo, a referência ao escritor Guimarães Rosa justifica-se porque o autor deseja mostrar que

- a) o efeito provocado pela arte é significativo mas efêmero, já que se apaga em contato com o mundo real.
- b) o universo criado por esse autor mineiro é o da ficção científica tão bem idealizada que passamos a temer o sobrenatural.
- c) mesmo a linguagem mais tradicional, explorada por esse autor, é capaz de nos convencer da realidade que a arte representa.
- d) a realidade nua e crua do sertão, expressa nas obras desse autor, não contrasta com a realidade do nosso cotidiano urbano.
- e) a força da ficção é tão profunda que por vezes nos faz estranhar a realidade mesma do mundo em que vivemos.

04. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) As reações de uma criança, assustada diante de um filme de terror, não precisa ser recriminada, pois o medo dela não é ficcional.
- b) Devem-se aos contos e romances de Guimarães Rosa o reconhecimento pelo universo tão expressivo que oferecem a quem os leia.
- c) Às canções ou sonatas que tão comovido deixam o ouvinte não falta a inspiração de quem as compôs, nem a arte de quem as executa.
- d) Os chamados “fingimentos” da arte, palavra tão depreciativa, constitui de fato o modo pelo qual ela se faz verdadeira.
- e) Carece de razão, para sermos justos, as acusações que recaem sobre a arte, sob o pretexto de que ela vive “apenas” na nossa imaginação.

05. Considerando-se a necessidade de que os tempos e modos verbais de uma frase devem estar em adequada correlação, o segmento ***Uma obra de arte mal concebida seria aquela em que os recursos expressivos utilizados*** deverá ser completado por:

- a) não nos convencessem de sua verdade própria.
- b) não nos estarão convencendo de sua realidade.
- c) não terá sua realidade capaz de nos convencer.
- d) não nos haviam convencido de sua verdade.
- e) não podiam convencer-nos de sua realidade.

#### Jovens em movimento

Jovens protestando nas ruas não são exatamente uma novidade: parece ser próprio da juventude um alto grau de inconformismo. Mas é possível localizar na década de 60 e em parte da de 70 do século passado o marco mais incisivo de muitas contestações. O problema apareceu como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica aos valores estabelecidos e pelo desencadear de atos em busca de transformação - movimentos estudantis de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação, movimentos pacifistas, agrupamentos de hippies, etc.

Muitos jovens estabeleciam para si próprios que jamais viriam a se integrar ao funcionamento normal da sociedade. Alguns entravam em organizações políticas clandestinas, outros se recusavam a assumir um emprego formal, indo viver em comunidades e sobrevivendo por meio de atividades alternativas (arte, artesanato, hortas comunitárias), tudo numa recusa permanente de se adaptar, de se enquadrar numa sociedade convencional.

No Brasil, é particularmente nesse momento que a questão da juventude ganha maior visibilidade, devido ao engajamento de jovens da classe média, do ensino secundário e universitário, na luta contra o regime autoritário por meio de mobilizações estudantis e atuação nos partidos de esquerda. No campo do comportamento, questionavam os padrões sexuais, morais e o consumismo. De lá para cá, alternaram-se momentos de alguma acomodação e outros de expressão

inconformista. As manifestações de meados de 2013 atualizaram o caráter contestador da juventude.

(Adaptado de: ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". Revista

Brasileira de Educação, n. 5/6, p. 30 e 31)

**06.** Deve-se deduzir da leitura do texto, essencialmente, que os jovens,

- a) em qualquer época, levantam-se contra a ordem estabelecida para rejeitar os direitos constitucionais da cidadania.
- b) em variados contextos históricos, fazem ouvir seus protestos contra a ordem social e assumem novos padrões de valor.
- c) nos momentos políticos mais agudos, organizam-se em novas associações de classe para combater a velha estrutura dos partidos.
- d) nos momentos de imobilismo social, revoltam-se contra as velhas práticas econômicas e reorganizam o sistema financeiro.
- e) em ocasiões propícias, recusam as práticas sociais vigentes e propõem a regulamentação delas por meio de instituições mais sólidas.

**07.** Há **irregularidade** na pontuação da seguinte frase:

- a) Quando são os jovens, que protestam nas ruas, as reivindicações mais urgentes, soam mais alto, e mais inflamadas.
- b) Ao entrarem em organizações clandestinas, muitos jovens, sem dúvida corajosos, arriscaram suas vidas.
- c) Já na década de 70, jovens brasileiros da classe média buscaram meios políticos para canalizar seus protestos.
- d) Ocorrem, via de regra, nas manifestações organizadas pelos jovens, infiltrações de agitadores sem causa.
- e) No Brasil, em meados de 2013, várias cidades foram palco de manifestações políticas, a maior parte delas organizada por jovens.

**08.** Ao organizarem seus protestos públicos, os jovens enfatizam esses processos por meio de palavras de ordem, e repetem essas palavras de ordem para que o povo compreenda bem essas palavras de ordem e resolva se acolhe ou não essas palavras de ordem.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- a) repetem-nas – compreenda-lhes bem – lhes acolhe ou não
- b) as repetem – as compreenda bem – as acolhe ou não
- c) as repetem – lhes compreenda bem – acolhe-lhes ou não
- d) repetem-as – compreenda-as bem – acolhe-las ou não.
- e) repetem-nas – bem lhes compreenda – lhes acolhe ou não

**09.** O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- a) Não ..... (**caber**) aos mais velhos decidir o que devem reivindicar os jovens.
- b) ..... (**faltar**) à maioria de nós o ímpeto que têm os jovens nas manifestações.
- c) Pergunto-me por que não ..... (**ter**) havido manifestações de rua na minha juventude.
- d) Sempre haverá quem ..... (**atribuir**) aos jovens manifestantes a responsabilidade pelos incidentes.
- e) É provável que a ninguém ..... (**ocorrer**) as iniciativas que os jovens não hesitam em tomar.



10. Na frase ***As lutas ..... os jovens se envolvem costumam ter mais resultados do que aquelas ..... se dedicam manifestantes sem a mesma energia ou o mesmo idealismo***, as lacunas serão corretamente preenchidas, respectivamente, com as expressões:

- a) em cujas – em que
- b) pelas quais – em cujas
- c) às quais – pelas quais
- d) em que – a que
- e) com que – de que

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Nelma Fontana**

11. Segundo o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, é INCORRETO afirmar que:

- a) A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- b) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio eterno para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) Será concedido mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

**12.** Analise as seguintes afirmativas:

I – Ricardo é Vice-Governador do Estado X pelo segundo mandato consecutivo, após pesquisas internas, seu partido entendeu que não seria viável que ele se candidatasse para o cargo de governador, de tal forma, pretende o partido que ele concorra, novamente ao cargo que ocupa.

II - Mariana é Governadora do Estado Y em primeiro mandato e decide, em julho do ano das Eleições, se candidatar à Presidência da República, razão pela qual renúncia ao governo do estado.

III - Tarso é brasileiro nato, tem 30 anos, não possui cargo eletivo e pretende se candidatar a vereador do Município Alfa nas eleições municipais de 2024. Tarso era casado com Júlia, prefeita do Município Alfa (mandato 2021-2025) até o divórcio do casal em 2022.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Ricardo não poderá ser candidato, Mariana e Tarso sim.
- b) Tarso não poderá ser candidato, Ricardo e Mariana sim.
- c) Mariana não poderá ser candidata, Ricardo e Tarso sim.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

**13.** O Estado X editou Lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Tal norma, contudo, foi contestada por meio de ADI.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.
- b) A lei é constitucional em razão da competência dos estados para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.
- c) A lei é constitucional, pois, embora seja de competência da União explorar os serviços e instalações de energia elétrica e legislar sobre energia, trata-se de lei que versa sobre direito do consumidor, matéria de competência dos estados.
- d) A lei é inconstitucional por violação à competência dos Municípios para legislar sobre a prestação do serviço de energia.
- e) Não é cabível a propositura de ADI, por se tratar de lei estadual, devendo a referida lei ser atacada por meio de ADPF.

**14.** Segundo Novelino (2022), “[...] uma norma só será válida se produzida de acordo com o seu fundamento de validade”. No caso brasileiro, o fundamento de validade das normas é a Constituição Federal, razão pela qual existe o controle de constitucionalidade. Acerca deste tema, é possível afirmar que:

- a) Inconstitucionalidade derivada é aquela que resulta da declaração de inconstitucionalidade de uma norma primária que leva ao consequente e automático reconhecimento de nulidade de suas normas secundárias.
- b) A inconstitucionalidade chapada é uma técnica de controle de constitucionalidade que permite preservar a legislação cuja inconstitucionalidade seja momentânea.
- c) A inconstitucionalidade circunstancial é a que resulta de clara e indiscutível ofensa ao texto constitucional.
- d) O controle reservado de constitucionalidade é caracterizado por atribuir competência de fiscalização da validade das leis a todos os órgãos do Poder Judiciário.
- e) O controle aberto de constitucionalidade pressupõe um único órgão como encarregado de interpretar a Constituição com definitividade.

**15.** A União é uma pessoa jurídica dotada de capacidade política existente em Estados federados, possuindo competência para atuar tanto em nome próprio quanto em nome da federação.

Tendo como base a CF/88 e a competência da União, assinale a alternativa correta:

- a) Trânsito e transporte são de competência legislativa privativa da União.
- b) Cada estado federado poderá, nos termos da Constituição Federal, legislar sobre propaganda comercial.
- c) Compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) Lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de competência privativa da União.
- e) A legislação sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia é exclusiva da União.



**16.** A CF/88, em seu art. 2º, determina que são Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Com base nas disposições constitucionais acerca dos três poderes, analise os seguintes itens:

- I- O Legislativo federal é unicameral, sendo o Congresso Nacional o órgão de representação, sendo a divisão entre Câmara e Senado apenas administrativa.
- II- O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF) são órgãos administrativos do Poder Judiciário.
- III- O Poder Executivo é chefiado pela Presidência da República, que tem suas atividades executivas realizadas diretamente ou por intermédio dos Ministérios de Estado, que por sua vez podem fragmentar suas funções em Secretarias, além da existência da Vice-presidência da República.

Assinale a alternativa que apresente os itens corretos:

- a) Todos estão corretos.
- b) Nenhum está correto
- c) I e II apenas.
- d) I e III apenas.
- e) II e III apenas.

**17.** Diferentes formas de compreender o direito produzem diferentes concepções de Constituição, com base nos diferentes prismas de análise.

Acerca das concepções constitucionais, é INCORRETO afirmar que:

- a) A concepção política separa a Constituição propriamente das leis constitucionais.
- b) A concepção jurídica se dá pela integração da filosofia, política e sociologia ao direito, dando embasamento para o fenômeno jurídico que é a constituição.
- c) A concepção normativa se baseia na ideia de que há condicionamento recíproco entre a constituição escrita e a realidade social.
- d) A concepção culturalista prega a complementariedade das demais concepções.
- e) A norma fundamental hipotética de Kelsen está ligada à sua concepção de constituição.

**18.** Diz-se legislatura o período de atuação do Poder Legislativo. No Brasil, a legislatura é de quatro anos. Assim, o mandato de um deputado dura uma legislatura e o do senador dura duas legislaturas.

Sobre a divisão temporal do trabalho do Congresso, assinale a alternativa correta:

- a) A Legislatura se divide em períodos bianuais.
- b) Cada Legislatura terá 8 (oito) períodos.
- c) As Sessões Legislativas ordinárias são aquelas realizadas diariamente no Congresso Nacional.
- d) O Congresso Nacional goza de um recesso por ano, entre os meses de dezembro e fevereiro.
- e) A Sessão Legislativa Extraordinária é aquela que ocorre fora do horário das ordinárias.

**19.** A Constituição do Estado X foi emendada para constar dispositivo com a seguinte redação: Art. 102; Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos., §1º Desde a expedição do diploma, os membros da Assembleia Legislativa não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Assembleia Legislativa, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Tal norma, contudo, foi contestada por meio de ADI.

Segundo entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

- a) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade penal aos Deputados Estaduais.
- b) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil ou penal aos Deputados Estaduais.
- c) A emenda é inconstitucional, pois não é possível Constituição Estadual conferir inviolabilidade civil aos Deputados Estaduais.
- d) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso Nacional se estendem aos deputados estaduais.
- e) A emenda é constitucional, pois as imunidades materiais e formais são constitucionalmente previstas para deputados estaduais.

**20.** Certos Juízes de Direito de um determinado estado proferiram decisões que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas a seus objetos. Após as penhoras e bloqueios, o Governador do referido estado impugnou as decisões por meio de ADPF junto ao Supremo.

Tendo a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) São constitucionais, por não violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos.
- b) São inconstitucionais, por violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam a penhora de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos, mas não aquelas que preveem o simples bloqueio.
- c) São inconstitucionais, por violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos.
- d) São inconstitucionais, por violarem os princípios da separação de Poderes, da legalidade orçamentária, da eficiência administrativa e da continuidade dos serviços públicos, decisões judiciais que determinam o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas

aos seus objetos, mas não aquelas que preveem a penhora.

- e) São constitucionais, por reafirmarem os princípios da moralidade e da legalidade administrativa, decisões judiciais que determinam a penhora ou o bloqueio de receitas públicas destinadas à execução de contratos de gestão para o pagamento de despesas estranhas aos seus objetos.

**21.** Tendo como base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens abaixo:

- I- A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, uma vez que compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação.
- II- É inconstitucional, em decorrência da usurpação da iniciativa exclusiva do Poder Executivo, lei de iniciativa parlamentar que institui regra de reserva de vagas de estacionamento aos órgãos públicos estaduais.
- III- É inconstitucional preceito de lei estadual que institui contribuição compulsória de bombeiros e policiais militares estaduais para compor fundo de assistência, com o objetivo de custear serviços de saúde a eles prestados.

Assinale a alternativa que apresenta os itens CORRETOS:

- a) Apenas I e II.  
b) Apenas I e III.  
c) Apenas II e III.  
d) Todos estão corretos.  
e) Todos estão incorretos.

**22.** Tendo como base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É constitucional lei estadual que prevê a reserva de assentos especiais a serem utilizados por pessoas obesas.  
b) É inconstitucional norma de Constituição estadual que prevê hipótese de intervenção do estado no município fora das que são taxativamente elencadas no artigo 35 da Constituição Federal.  
c) É constitucional lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.  
d) Nos casos de internações pós-parto que durem mais de duas semanas, o termo inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade é a alta hospitalar da mãe.  
e) São constitucionais as previsões de Emenda Constitucional que alteraram a forma de cálculo dos recursos mínimos aplicados anualmente, pela União, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) mediante a instituição de subpisos anuais progressivos.

**23.** O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

**24.** O termo “constituição” pode ser definido em várias acepções, variáveis conforme o fundamento que se adote.

A partir dos vários sentidos (ou concepções) de constituição, analise os seguintes itens:

I – O sentido sociológico foi proposto por Ferdinand Lassalle, que defende ser a Constituição a somatória dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade, o efetivo poder social.

II – A concepção jurídica, de Carl Schmitt, compreende a Constituição consiste como um sistema de normas jurídicas, paradigma de validade de todo o ordenamento jurídico.

III – O sentido político, proposto por Hans Kelsen, entende que a ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.

IV – Segundo a concepção sociológica de Karl Marx, a Constituição é um produto das relações de produção que visa assegurar os interesses da classe dominante.

Assinale a alternativa que contenha as assertivas verdadeiras:

- a) I e IV
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, III e IV

25. Após os ataques às sedes dos Três Poderes, em 08 de janeiro de 2023, o Presidente da República decretou Intervenção Federal na Segurança Pública do Distrito Federal.

Acerca do instituto da Intervenção, assinale a alternativa correta:

- a) A intervenção tem início após sua aprovação pelo Congresso Nacional, não havendo limitação constitucional quanto à sua duração.
- b) O decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas, salvo hipóteses de não funcionamento do Legislativo, caso em que o prazo é de 72 horas.
- c) As manifestações do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional são imprescindíveis para a decretação de intervenção federal, possuindo ambos os órgãos decisão vinculante.
- d) Na intervenção provocada, por requisição, o Presidente da República age após provocação do próprio ente federativo ou do Judiciário, de modo a garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- e) Na intervenção voluntária, o Presidente da República age sem provocação, agindo mediante análise pessoal e discricionária do ato/fato que enseja a intervenção, sendo quatro as hipóteses que autorizam tal tipo de ação: manter a integridade nacional; repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; reorganizar as finanças da unidade da Federação.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Thállius Moraes*

26. No que tange a organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle hierárquico que a Administração Direta exerce sobre as fundações públicas é denominado controle finalístico.
- b) De acordo com o critério orgânico, a Administração Pública define-se como a própria atividade ou função administrativa.
- c) Os dirigentes das empresas estatais não estão submetidos à CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) Não é permitido que sejam criadas subsidiárias dos entes da Administração Indireta.
- e) Em decorrência do princípio da reserva legal, por meio da lei específica poderá ser criada fundação pública, empresa pública e a sociedade de economia mista.

27. Quando o Estado se responsabiliza pela prestação de determinado serviço público de sua titularidade, o faz mediante a distribuição interna de competências entre órgãos responsáveis por essa atividade. Essa distribuição interna de competências, entre órgãos e agentes pertencentes a uma mesma pessoa jurídica, é denominada

- a) descentralização administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.
- b) desconcentração política, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- c) delegação administrativa, com a consequente ruptura do vínculo hierárquico.
- d) desconcentração administrativa, caso em que se mantém o vínculo hierárquico.
- e) desconcentração administrativa, caso em que há a ruptura do vínculo hierárquico.

**28.** Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor.
- b) O direito de greve no serviço público reflete uma norma constitucional de eficácia limitada.
- c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.
- d) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.
- e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

**29.** Considerando a possibilidade de um servidor público da administração estadual, titular de um cargo efetivo, exercer um mandato eletivo, analise os próximos itens quando às regras definidas pela Constituição Federal.

- I - Tratando-se de mandato eletivo federal ficará, obrigatoriamente, afastado de seu cargo.
- II - Tratando-se de mandato eletivo estadual, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.
- III - Tratando-se de mandato eletivo municipal, somente será afastado de seu cargo se não houver compatibilidade de horários.

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I.

**30.** Os atos administrativos são praticados pela Administração Pública no desempenho de sua função administrativa. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.
- b) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.
- c) O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.
- d) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
- e) São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.

**31.** Acerca dos atributos dos atos administrativos, considere os próximos itens

- I - A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos gera a inversão do ônus da prova, de modo que cabe ao destinatário do ato comprovar a sua ilegalidade.
- II - A autoexecutoriedade permite que todos os atos administrativos sejam executados diretamente pela administração pública, independentemente de intervenção ou confirmação judicial.
- III - A imperatividade é o atributo dos atos administrativos que permite à Administração impor obrigações independentemente de anuência dos administrados, caso das licenças, por exemplo.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II e III.
- e) II.



**32.** A administração pública pode convalidar atos administrativos que contenham defeitos passíveis de saneamento. Assinale a alternativa que apresenta um elemento cujo vício, seria, como regra, considerado sanável.

- a) Motivo.
- b) Conteúdo.
- c) Sujeito
- d) Fundamento.
- e) Finalidade.

**33.** A respeito de poderes administrativos, analise os seguintes itens como Verdadeiro (V) ou Falso (F), assinalando a sequência correta.

- ( ) Ocorre o excesso de poder, quando um agente público atua fora dos limites de sua competência, extrapolando, portanto, suas atribuições legais.
- ( ) Ao exercer o poder disciplinar, a Administração Pública poderá apurar infrações e aplicar sanções aos seus servidores e particulares com os quais possuam algum vínculo jurídico específico.
- ( ) O poder regulamentar exemplifica-se na possibilidade de os Chefes do Poder Executivo editarem atos gerais, com a finalidade complementar ou regulamentar a lei.
- ( ) A polícia judiciária, que é eminentemente repressiva, atua sobre pessoas, podendo, inclusive, incidir sobre o próprio indivíduo, enquanto a polícia administrativa, que é predominantemente preventiva, incide sobre bens, direitos e atividades.

- a) V - V - V - V.
- b) V - F - F - V.
- c) F - V - V - F.
- d) F - V - F - F.
- e) V - F - V - F

**34.** Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.
- b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.
- c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.
- d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.
- e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

**35.** Acerca do tema Licitações Públicas, o princípio que determina que, uma vez concluída a licitação, a Administração não poderá atribuir o objeto da licitação a outrem que não seja o vencedor do certame é o princípio

- a) da competitividade.
- b) da vinculação ao instrumento convocatório.
- c) da contratação obrigatória com o vencedor.
- d) do direito adquirido.
- e) da adjudicação compulsória.

**36.** Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

- a) realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
- b) realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
- c) inexistência de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
- d) inexistência ou dispensa de licitação.
- e) licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

**37.** Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- b) Particulares também podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, desde que devidamente identificada.
- d) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**38.** O controle exercido pela administração pública direta sobre as pessoas jurídicas integrantes sobre a administração pública indireta, cuja classificação se dá pela amplitude, é denominado

- a) controle hierárquico.
- b) controle interno.
- c) controle de legalidade.
- d) controle finalístico.
- e) controle de mérito.

**39.** Nos termos da Lei Estadual nº 1.102. de 10 de outubro de 1990, que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os cargos de provimento efetivo serão organizados e providos em carreira.
- b) Serão reservadas vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos aos portadores de deficiência.
- c) O exercício de função de confiança é privativo de titular de cargo efetivo, do mesmo órgão a que pertencer o funcionário.
- d) É proibida a prestação de serviço gratuito, salvo os casos previstos em Lei.
- e) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais trinta, a requerimento do interessado, e a juízo da administração.

**40.** Considerando os ditames Lei Estadual nº 1.102. de 10 de outubro de 1990, que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Mato Grosso do Sul, assinale a alternativa que indica uma infração passível de demissão.

- a) Indisciplina.
- b) Falta de cumprimento dos deveres funcionais.
- c) Condenação pela justiça comum, a pena privativa de liberdade superior a dois anos.
- d) Reincidência em falta já punida com repreensão.
- e) Acumulação ilícita de cargo ou função, desde que comprovada a má fé.

**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

**41.** Com relação às pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) A lei civil atribui personalidade ao nascituro, dada a adoção, pelo sistema jurídico brasileiro, da teoria concepcionista.
- b) Consideram-se absolutamente incapazes os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) A incapacidade relativa dos pródigos não impede que ele possa praticar atos de mera administração, independentemente da assistência do curador.
- d) Cessará, para os menores, a incapacidade, pela aprovação em concurso público para cargo de provimento efetivo.
- e) Poderá ser declarada a morte presumida, independentemente de decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado em até 3 anos após o término da guerra.

**42.** Com relação às modalidades de obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá.
- b) Na obrigação de dar coisa certa, os frutos percebidos antes da tradição são do credor.
- c) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo por força maior ou caso fortuito.
- d) Tratando-se de obrigação de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível, com ou sem culpa do devedor, este responderá por perdas e danos.
- e) Mantém-se a obrigação de não fazer ainda que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar, ficando ele, porém, isento de ressarcir perdas e danos.

**43.** Com relação às disposições gerais sobre contratos, assinale a alternativa correta.

- a) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão os princípios da intervenção ponderada e da obrigatoriedade da revisão contratual.
- b) Os contratos civis presumem-se desiguais e assimétricos, até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção.
- c) As partes negociantes não poderão estabelecer parâmetros próprios para a interpretação das cláusulas negociais.
- d) A alocação de riscos definida pelas partes deverá ser sopesada pelo princípio da tutela dos vulneráveis.
- e) A revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.

**44.** Com relação às relações de parentesco, assinale a alternativa correta.

- a) O parentesco em linha colateral conta-se até o terceiro grau.
- b) O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes e descendentes do outro cônjuge ou companheiro.
- c) Não basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal de paternidade.
- d) A ação de prova de filiação compete ao filho, não se transmitindo aos herdeiros.
- e) O filho maior pode, excepcionalmente, ser reconhecido sem o seu consentimento.

45. Com relação à tomada de decisão apoiada, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa com deficiência pode eleger pelo menos três pessoas idôneas para prestar-lhe apoio na tomada de decisões sobre atos da vida civil.
- b) A tomada de decisão apoiada pode ser constituída por tempo indeterminado.
- c) Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação comercial não poderá solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato.
- d) Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.
- e) A pessoa apoiada não pode requerer o término do acordo de decisão apoiada antes de expirado o prazo homologado judicialmente.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

46. Sobre a reconvenção prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) ela prossegue mesmo que ocorra causa extintiva que impeça o exame de mérito da ação principal.
- b) a reconvenção dispensa a atribuição de valor à causa.
- c) a reconvenção pode ser proposta apenas pelo réu contra o próprio autor.
- d) ela não leva, se improcedente, à condenação em honorários advocatícios, os quais são devidos apenas pela procedência do pedido principal.
- e) a reconvenção só pode ser proposta se oferecida contestação.

47. Sobre a reclamação prevista no Código de Processo Civil, é um instrumento jurídico que:

- a) busca garantir a autoridade das decisões de tribunais e tem cabimento restrito ao STF e ao STJ.
- b) pode ser proposta em até dois anos após o trânsito em julgado da decisão reclamada.
- c) cabe para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.
- d) pode gerar, se julgada procedente, a cassação de ato jurisdicional, mas não a sua revisão.
- e) é cabível para proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

48. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil sobre o processo de execução, assinale a alternativa correta:

- a) nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao credor, esse será citado para exercer a opção e realizar a prestação dentro de 10 dias, se outro prazo não lhe foi determinado em lei ou em contrato.
- b) verificando que a petição inicial da execução está incompleta ou que não está acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, o juiz determinará que o exequente a corrija, no prazo de 5 dias, sob pena de indeferimento.
- c) a nulidade da execução somente será pronunciada pelo juiz, a requerimento da parte, mediante a apresentação de embargos à execução.
- d) quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo mais gravoso para o executado.
- e) ao propor a execução, incumbe ao exequente indicar a espécie de execução de sua preferência, quando por mais de um modo puder ser realizada.

**49.** Sobre mandado de segurança, a legislação dispõe:

- a) Não se concederá mandado de segurança, quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo e de decisão judicial transitada em julgado.
- b) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação, mas a autoridade coatora não tem o direito de recorrer.
- c) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, civis e penais, sem qualquer exceção.
- d) Será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários e a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.
- e) A legislação proíbe, sem qualquer exceção, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico.

**50.** Sobre os recursos no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- a) Se os recursos de agravo de instrumento e apelação houverem de ser julgados na mesma sessão, será declarada a perda do objeto do recurso de agravo de instrumento.
- b) Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, aplicando-se a mesma regra ao julgamento não unânime proferido em agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.
- c) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- d) O recorrente comprovará a ocorrência de feriado local, se intimado pelo relator para tanto.
- e) O recorrente não poderá, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

**51.** Sobre os princípios penais e constitucionais, assinale a opção correta:

- a) Fere o princípio da legalidade, também conhecido por princípio da reserva legal, a criação de crimes e penas por meio de medida provisória.
- b) Segundo o princípio da legalidade, no ordenamento jurídico brasileiro determinada conduta só será considerada crime caso seja publicada lei posterior definindo-a como tal.
- c) De acordo com o princípio da taxatividade, o direito penal deve apenas tratar de condutas que de fato causem lesão a algum bem jurídico que mereça tutela.
- d) o princípio da humanidade proíbe a instituição de penas cruéis, como a de morte e a de prisão perpétua, mas não a de trabalhos forçados.
- e) o princípio da intervenção mínima baseia-se nas seguintes premissas: mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade da conduta; inexpressividade da lesão jurídica.

**52.** A respeito da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) O juiz pode aplicar o perdão, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuir, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Os menores de vinte e um anos de idade são penalmente inimputáveis, estando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) Excluem a imputabilidade penal a emoção, a paixão e a embriaguez culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- e) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.



**53.** Luiz e Aldo deliberam a prática conjunta de furto a uma residência. Sem o conhecimento de Aldo, Luiz, para a segurança de ambos, e sem que Aldo soubesse, arma-se de um revólver carregado com 02 cartuchos. Os dois entram na casa. Enquanto Aldo furtava os bens que se encontravam na área externa, Luiz é surpreendido com a presença de um morador que reage e acaba sendo morto por Luiz. Nessa situação hipotética é correto afirmar que:

- a) Luiz e Aldo responderão por latrocínio.
- b) Luiz responderá por latrocínio e Aldo pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.
- c) Luiz responderá pelo latrocínio e pelo furto, enquanto Aldo apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.
- d) Luiz responderá pelo latrocínio, pelo furto e pelo porte ilegal de arma, enquanto Aldo apenas pelo furto qualificado pelo concurso de agentes.
- e) Luiz e Aldo responderão pelo furto qualificado pelo concurso de agentes, pois o latrocínio não foi previamente ajustado na preparação da manobra criminosa.

**54.** Pablo Luiz, Rolando Lero e Raimundo Nonato subtraíram para si, mediante violência e grave ameaça a pessoa um jet-ski avaliado em 60 mil reais. Na data de 12 de dezembro de 2022, entraram na loja MotoMais, localizada na cidade de Santo André-SP, e em conluio e unidade de designíos, usando arma de fogo e restringindo a liberdade da vítima, levaram o objeto produto de roubo, mas ao evadirem-se do local, Rolando Lero foi preso, e Pablo Luiz e Raimundo Nonato conseguiram fugir levando o jet-ski. Como não conseguiram vender o objeto produto de roubo, Rolando Lero falou para seu advogado que gostaria de devolver o objeto roubado para a vítima. Assim sendo, caso haja a devolução do jet-ski à vítima e como a denúncia não foi oferecida, haverá:

- a) diminuição da pena em razão da desistência voluntária.
- b) diminuição da pena, em virtude do arrependimento posterior.
- c) diminuição da pena em razão do arrependimento eficaz.
- d) atenuante da pena em razão da reparação do dano.
- e) atenuante da pena, em virtude do arrependimento eficaz.

55. Em relação aos crimes praticados contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) No crime de favorecimento pessoal, fica isento de pena o agente que, sendo ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, presta-lhe auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime.
- b) Em se tratando de corrupção passiva, a pena será aumentada se o funcionário praticar, deixar de praticar ou retardar ato de ofício, com infração do dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.
- c) a pena será aumentada de quarta parte se o autor for ocupante de função de direção de órgão de sociedade de economia mista.
- d) é incabível, nos crimes funcionais, a extinção da punibilidade no caso de reparação de dano.
- e) O sujeito que atribui a si mesmo a prática de crime inexistente ou que foi cometido por terceiro, pratica comunicação falsa de crime.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Renan Araujo*

56. Thales, 39 anos, praticou crime estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa) em desfavor de Jéssica, 27 anos, causando à vítima um prejuízo de R\$ 12.000,00. Nesse caso:

- a) caberá à própria vítima ajuizar queixa-crime em desfavor de Thales, no prazo de 06 meses a contar da ciência da autoria.
- b) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de Thales, desde que haja representação da vítima, sendo cabível, porém, a suspensão condicional do processo.
- c) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de Thales, desde que haja representação da vítima, sendo cabível, porém, a transação penal.
- d) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de Thales, ainda que não haja representação da vítima, não sendo cabível a suspensão condicional do processo.
- e) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de Thales, ainda que não haja representação da vítima, sendo cabível a suspensão condicional do processo e a transação penal.

57. A Lei 13.964/19 incluiu no CPP o chamado “acordo de não persecução penal”, cabível quando preenchidos os requisitos legais. Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que NÃO será possível a celebração do acordo de não persecução penal:

- a) nos crimes cometidos com grave ameaça à pessoa
- b) se o investigado for reincidente, mesmo que insignificantes as infrações penais pretéritas
- c) ter sido o agente beneficiado nos 10 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal.
- d) nos crimes contra a administração pública
- e) se não for cabível transação penal

**58.** Ariosmar e Bernardo, primários, eram investigados em determinado inquérito policial pela prática do crime de falsificação de documento público (pena: reclusão, de 02 a 06 anos, e multa). No curso das investigações, a autoridade policial pugnou pela decretação da prisão preventiva de Ariosmar, para a conveniência da instrução criminal. O Juízo, acolhendo o pedido, decretou a prisão preventiva de Ariosmar. Finalizado o inquérito policial, ambos foram denunciados pelo Ministério Público, que não requereu nenhuma medida cautelar pessoal em relação a Bernardo. O Juiz recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva de Bernardo, para a garantia da ordem pública.

Nesse caso, é correto afirmar que o Juiz agiu:

- a) corretamente no que tange à prisão preventiva de Ariosmar e incorretamente no que tange à prisão preventiva de Bernardo
- b) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que deve sempre haver manifestação do Ministério Público
- c) corretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que devidamente fundamentada.
- d) incorretamente no que tange à prisão preventiva de Ariosmar e corretamente no que tange à prisão preventiva de Bernardo
- e) incorretamente no que tange à prisão preventiva de ambos, eis que o crime em questão não admite prisão preventiva e os agentes não são reincidentes em crime doloso.

**59.** Cláudio, 71 anos, primário e de bons antecedentes, é investigado em inquérito policial pela prática do crime de furto qualificado (reclusão de 02 a 08 anos e multa), sendo portador de doença grave, embora não esteja debilitado. No curso das investigações, verificou-se que o investigado estaria ameaçando testemunhas, motivo pelo qual o Ministério Público, diante deste fato, bem como do fato de já haver prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, requereu ao Juiz a decretação da prisão preventiva do investigado, para a conveniência da instrução criminal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será possível a decretação da prisão preventiva, bem como a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em razão da idade do agente.
- b) será possível a decretação da prisão preventiva, bem como a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em razão do estado de saúde do agente.
- c) não será possível a decretação da prisão preventiva, em razão de se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- d) será possível a decretação da prisão preventiva do agente, sendo incabível, pelas informações fornecidas, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar.
- e) não será possível a decretação da prisão preventiva, em razão da pena máxima cominada ao delito.

60. Em determinado processo criminal pelo procedimento comum ordinário, o Juiz determinou a condução coercitiva do réu Matheus, para fins de interrogatório, ao fundamento de que este não poderia deixar de comparecer ao ato. Antes do interrogatório, realizado antes da oitiva das testemunhas, o Juiz informou ao réu sobre seu direito ao silêncio, informando ainda que o silêncio poderia ser interpretado em prejuízo da defesa. Ouvido, Matheus confessou a prática do crime.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A condução coercitiva, nesse caso, foi válida, conforme entendimento dos Tribunais Superiores.
- b) O interrogatório do réu deveria ter sido o último ato da instrução realizada em audiência.
- c) Agiu corretamente o magistrado ao informar ao réu sobre as consequências do exercício do direito ao silêncio.
- d) A condenação de Matheus é medida que se impõe, eis que a confissão é prova máxima no Direito processual penal pátrio, sendo hipótese de adoção do sistema da prova tarifada.
- e) O interrogatório do réu deveria ter sido realizado após a oitiva das testemunhas de defesa, mas antes da oitiva das testemunhas de acusação.

### LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

*Tiago Zanolla*

61. Segundo a Lei Orgânica do MP, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo

- a) Ex-officio pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) Pelo Colégio de Procuradores, mediante voto de 2/3 de seus membros.
- c) Pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante voto de maioria absoluta de seus membros.
- d) Pela Assembleia Estadual, após autorização por 2/3 dos membros do Colégio de Procuradores.
- e) Pelo Procurador-Geral de Justiça ex-officio.

62. Ao membro do MP não é vedado:

- a) receber honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer a advocacia.
- c) exercer uma função pública de magistério.
- d) exercer atividade político-partidária.
- e) exercer o comércio

**63.** A respeito do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

- I O Ministério Público possui autonomia funcional, financeira e administrativa.
- II O MP é regido pelos princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.
- III O MP não tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.
- IV É vedado ao Ministério Público representar judicialmente entidades públicas.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- d) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão corretos.

**64.** Sobre a organização do Ministério Público, conforme previsto na Lei Orgânica, assinale a alternativa verdadeira.

- a) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Executivo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei orçamentária anual.
- c) fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo.
- d) As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça serão tomadas por maioria absoluta de votos, e, nos casos das sessões presenciais, mediante a presença da maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente também o voto de desempate, ressalvadas as exceções previstas na legislação.
- e) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade mediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Conselho Nacional do Ministério Público.

**65.** Segundo a Lei Orgânica do MP, não é órgão de execução:

- a) o Procurador-Geral de Justiça.
- b) Ouvidoria do Ministério Público.
- c) o Conselho Superior do Ministério Público.
- d) os promotores de justiça
- e) os promotores de justiça substitutos.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL**

*Antônio Pequeno*

**66.** Constitui crime hediondo, previsto na Lei 8.072/1990,

- a) o favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- b) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.
- c) lesão corporal leve quando cometida contra agente do sistema prisional.
- d) homicídio simples praticado por qualquer cidadão.
- e) Roubo circunstanciado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum

**67.** Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- b) Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) São possíveis efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a oito anos.
- d) A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.
- e) Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.



**68.** À luz do disposto na Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), assinale a alternativa correta.

- a) O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese.
- b) As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo máximo de setenta e duas horas.
- c) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, da função, do emprego ou do mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de cinco anos subsequentes ao cumprimento da pena.
- d) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até a metade a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.
- e) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderão ser suspensos por até um ano, prorrogável por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

**69.** João portava arma de fogo de uso permitido em via pública quando, ao amarrar seu calçado, ela disparou, sem, no entanto, atingir ninguém. Devido ao barulho provocado, a polícia foi acionada e abordou João, localizando o armamento e constatando que o seu registro de cautela estava vencido.

Nessa situação hipotética, João

- a) deverá responder pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo, em concurso formal.
- b) ante a atipicidade de sua conduta, não deverá ser processado por nenhum crime.
- c) deverá responder pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e disparo de arma de fogo, em concurso material.
- d) deverá responder unicamente pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- e) ante a ocorrência da consumação, deverá responder unicamente pelo crime de disparo de arma de fogo.

**70.** Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

- a) O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- b) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.
- c) O mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.
- d) Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.
- e) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---